



## LÍNGUA PORTUGUESA

### A CARTEIRA

Machado de Assis

...De repente, Honório olhou para o chão e viu uma carteira. Abaixar-se, apanhá-la e guardá-la foi obra de alguns instantes. Ninguém o viu, salvo um homem que estava à porta de uma loja, e que, sem o conhecer, lhe disse rindo:

- Olhe, se não dá por ela; perdia-a de uma vez.
- É verdade, concordou Honório envergonhado.

Para avaliar a oportunidade desta carteira, é preciso saber que Honório tem de pagar amanhã uma dívida, quatrocentos e tantos mil-réis, e a carteira trazia o bojo recheado. A dívida não parece grande para um homem da posição de Honório, que advoga; mas todas as quantias são grandes ou pequenas, segundo as circunstâncias, e as dele não podiam ser piores. Gastos de família excessivos, a princípio por servir a parentes, e depois por agradar à mulher, que vivia aborrecida da solidão; baile daqui, jantar dali, chapéus, leques, tanta coisa mais, que não havia remédio senão ir descontando o futuro. Endividou-se. Começou pelas contas de lojas e armazéns; passou aos empréstimos, duzentos a um, trezentos a outro, quinhentos a outro, e tudo a crescer, e os bailes a darem-se, e os jantares a comerem-se, um turbilhão perpétuo, uma voragem.

- Tu agora vais bem, não? dizia-lhe ultimamente o Gustavo C..., advogado e familiar da casa.
- Agora vou, mentiu o Honório.

A verdade é que ia mal. Poucas causas, de pequena monta, e constituintes remissos; por desgraça perdera ultimamente um processo, em que fundara grandes esperanças. Não só recebeu pouco, mas até parece que ele lhe tirou alguma coisa à reputação jurídica; em todo caso, andavam mofinas nos jornais.

D. Amélia não sabia nada; ele não contava nada à mulher, bons ou maus negócios. Não contava nada a ninguém. Fingia-se tão alegre como se nadasse em um mar de prosperidades. Quando o Gustavo, que ia todas as noites à casa dele, dizia uma ou duas pilhérias, ele respondia com três e quatro; e depois ia ouvir os trechos de música alemã, que D. Amélia tocava muito bem ao piano, e que o Gustavo escutava com indizível prazer, ou jogavam cartas, ou simplesmente falavam de política.

Um dia, a mulher foi achá-lo dando muitos beijos à filha, criança de quatro anos, e viu-lhe os olhos molhados; ficou espantada, e perguntou-lhe o que era.

- Nada, nada.

Compreende-se que era o medo do futuro e o horror da miséria. Mas as esperanças voltavam com facilidade. A idéia

de que os dias melhores tinham de vir dava-lhe conforto para a luta. Estava com trinta e quatro anos; era o princípio da carreira: todos os princípios são difíceis. E toca a trabalhar, a esperar, a gastar, pedir fiado ou: emprestado, para pagar mal, e a más horas.

A dívida urgente de hoje são uns malditos quatrocentos e tantos mil-réis de carros. Nunca demorou tanto a conta, nem ela cresceu tanto, como agora; e, a rigor, o credor não lhe punha a faca aos peitos; mas disse-lhe hoje uma palavra azeda, com um gesto mau, e Honório quer pagar-lhe hoje mesmo. Eram cinco horas da tarde. Tinha-se lembrado de ir a um agiota, mas voltou sem ousar pedir nada. Ao enfiar pela Rua da Assembléia é que viu a carteira no chão, apanhou-a, meteu no bolso, e foi andando.

Durante os primeiros minutos, Honório não pensou nada; foi andando, andando, andando, até o Largo da Carioca. No Largo parou alguns instantes, - enfiou depois pela Rua da Carioca, mas voltou logo, e entrou na Rua Uruguaiana. Sem saber como, achou-se daí a pouco no Largo de S. Francisco de Paula; e ainda, sem saber como, entrou em um Café. Pediu alguma coisa e encostou-se à parede, olhando para fora. Tinha medo de abrir a carteira; podia não achar nada, apenas papéis e sem valor para ele. Ao mesmo tempo, e esta era a causa principal das reflexões, a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achasse. Não lhe perguntava com o ar de quem não sabe, mas antes com uma expressão irônica e de censura. Podia lançar mão do dinheiro, e ir pagar com ele a dívida? Eis o ponto. A consciência acabou por lhe dizer que não podia, que devia levar a carteira à polícia, ou anunciá-la; mas tão depressa acabava de lhe dizer isto, vinham os apuros da ocasião, e puxavam por ele, e convidavam-no a ir pagar a cocheira. Chegavam mesmo a dizer-lhe que, se fosse ele que a tivesse perdido, ninguém iria entregar-lha; insinuação que lhe deu ânimo.

Tudo isso antes de abrir a carteira. Tirou-a do bolso, finalmente, mas com medo, quase às escondidas; abriu-a, e ficou trêmulo. Tinha dinheiro, muito dinheiro; não contou, mas viu duas notas de duzentos mil-réis, algumas de cinquenta e vinte; calculou uns setecentos mil-réis ou mais; quando menos, seiscentos. Era a dívida paga; eram menos algumas despesas urgentes. Honório teve tentações de fechar os olhos, correr à cocheira, pagar, e, depois de paga a dívida, adeus; reconciliar-se-ia consigo. Fechou a carteira, e com medo de a perder, tornou a guardá-la.

Mas daí a pouco tirou-a outra vez, e abriu-a, com vontade de contar o dinheiro. Contar para quê? era dele? Afinal venceu-se e contou: eram setecentos e trinta mil-réis. Honório teve um calafrio. Ninguém viu, ninguém soube; podia ser um lance da fortuna, a sua boa sorte, um anjo... Honório teve pena de não crer nos anjos... Mas por que não havia de crer neles? E voltava ao dinheiro, olhava, passava-o pelas mãos; depois, resolvia o

contrário, não usar do achado, restituí-lo. Restituí-lo a quem? Tratou de ver se havia na carteira algum sinal.

"Se houver um nome, uma indicação qualquer, não posso utilizar-me do dinheiro," pensou ele.

Esquadrinhou os bolsos da carteira. Achou cartas, que não abriu, bilhetinhos dobrados, que não leu, e por fim um cartão de visita; leu o nome; era do Gustavo. Mas então, a carteira?... Examinou-a por fora, e pareceu-lhe efetivamente do amigo. Voltou ao interior; achou mais dois cartões, mais três, mais cinco. Não havia duvidar; era dele.

A descoberta entristeceu-o. Não podia ficar com o dinheiro, sem praticar um ato ilícito, e, naquele caso, doloroso ao seu coração porque era em dano de um amigo. Todo o castelo levantado esboroou-se como se fosse de cartas. Bebeu a última gota de café, sem reparar que estava frio. Saiu, e só então reparou que era quase noite. Caminhou para casa. Parece que a necessidade ainda lhe deu uns dous empurrões, mas ele resistiu.

"Paciência, disse ele consigo; verei amanhã o que posso fazer." Chegando a casa, já ali achou o Gustavo, um pouco preocupado, e a própria D. Amélia o parecia também. Entrou rindo, e perguntou ao amigo se lhe faltava alguma cousa.

— Nada.

— Nada?

— Por quê?

— Mete a mão no bolso; não te falta nada?

— Falta-me a carteira, disse o Gustavo sem meter a mão no bolso. Sabes se alguém a achou?

— Achei-a eu, disse Honório entregando-lha.

Gustavo pegou dela precipitadamente, e olhou desconfiado para o amigo. Esse olhar foi para Honório como um golpe de estilete; depois de tanta luta com a necessidade, era um triste prêmio. Sorriu amargamente; e, como o outro lhe perguntasse onde a achara, deu-lhe as explicações precisas.

— Mas conheceste-a?

— Não; achei os teus bilhetes de visita.

Honório deu duas voltas, e foi mudar de toilette para o jantar. Então Gustavo sacou novamente a carteira, abriu-a, foi a um dos bolsos, tirou um dos bilhetinhos, que o outro não quis abrir nem ler, e estendeu-o a D. Amélia, que, ansiosa e trêmula, rasgou-o em trinta mil pedaços: era um bilhete de amor.

**01)** Abaixo estão elencadas algumas considerações acerca do gênero e do tipo a que pertence o texto *A Carteira*. Uma dessas considerações vai de encontro às características e especificidades desse gênero e tipo textuais. Indique-a.

(A) É uma narrativa relativamente curta na qual estão sintetizadas as categorias desse tipo textual.

(B) Personagem, tempo, espaço e enredo são elementos pertencentes a essa tipologia textual.

(C) Fazem parte da estrutura de sua conclusão: recapitulação dos argumentos, reforço da tese e apelo à ação.

(D) Conflito, desenvolvimento, clímax e desfecho fazem parte da estrutura desse tipo de texto.

**02)** A palavra "que" pode pertencer, dependendo do contexto em que se insere, a diferentes classes gramaticais. Quanto às ocorrências do "que" nos diversos fragmentos retirados do texto, qual das classificações colocadas à frente das porções extraídas de *A Carteira* NÃO pode ser, segundo os estudos morfológicos, considerada correta?

(A) "que vivia aborrecida da solidão" (4º parágrafo) → pronome relativo

(B) "é que viu a carteira no chão" (parágrafo 12) → parte de uma locução expletiva de realce

(C) "por que não havia de crer neles" (parágrafo 15) → pronome interrogativo

(D) "o que posso fazer" (parágrafo 19) → conjunção subordinativa integrante

**03)** Analise, quanto à transitividade no contexto em que estão, os verbos presentes nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção que expressa de modo ADEQUADO essa transitividade.

I - "que D. Amélia tocava muito bem ao piano" (8º parágrafo)

II - "e estendeu-o a D. Amélia" (último parágrafo)

III - "a dizer-lhe que" (parágrafo 13)

(A) Os verbos nos itens II e III são transitivos diretos e indiretos, e o verbo no item I é transitivo direto.

(B) Os verbos nos itens I e III são transitivos diretos e indiretos, e o verbo no item II é transitivo indireto.

(C) Os verbos presentes nos itens I, II e III são transitivos diretos e indiretos.

(D) Os verbos no item I e III são intransitivos, e o verbo no item II é transitivo direto.

**04)** Sabendo que a sintaxe é o estudo das relações estabelecidas entre os termos de uma oração ou entre as orações de um período, analise os termos, orações e períodos extraídos do texto bem como as respectivas considerações à frente deles.

I - "que estava à porta de uma loja" (1º parágrafo) → É uma oração subordinada adjetiva com a função de adjunto adnominal, que serve para delimitar o significado do substantivo "homem".

II - "Ao enfiar pela Rua da Assembléia é que viu a carteira no chão, apanhou-a, meteu no bolso, e foi andando." (parágrafo 12) → É um período composto por coordenação e por subordinação, posto que, nele, há orações autônomas, que não funcionam como termos de outra oração, e também há oração dependente de outra e que exerce função sintática em outra.

III - "algum sinal" (parágrafo 15) → Exerce a função de sujeito simples do verbo haver, visto que este verbo se refere a um só substantivo ("sinal"), o qual é o único núcleo do sujeito.

Assinale a opção CORRETA.

(A) Somente as considerações dos itens I e II são verdadeiras.

(B) Somente as considerações dos itens I e III são verdadeiras.

(C) Somente as considerações dos itens II e III são verdadeiras.

(D) Todas as considerações dos itens I, II e III são verdadeiras.

**05)** Em “por desgraça perdera ultimamente um processo” (7º parágrafo), a forma verbal “perdera” está flexionada na 3ª pessoa do singular do pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

Em qual das opções seguintes a análise das flexões do verbo *perder* apresentada à frente da frase em que foi empregado está INCORRETA?

- (A) Esperamos que o homem perca a arrogância e volte a ser como antes. → 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo
- (B) Perde o que conquistaste e será difícil recuperar. → 3ª pessoa do singular do presente do indicativo
- (C) Quando perderam o jogo, todos se entristeceram. → 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo
- (D) Não percas o que de bom resta em teu caráter. → 2ª pessoa do singular do imperativo negativo

**06)** Figuras de pensamento são recursos de linguagem empregados com a finalidade de tornar o texto e a comunicação mais expressivas. Elas alteram e tornam mais rebuscados os sentidos das palavras, impactando no campo semântico e em suas possíveis interpretações por meio da ideia e do pensamento. A partir desse entendimento, analise os trechos retirados do texto e as figuras de pensamento identificadas à frente deles, assinalando a opção INCORRETA acerca do tema.

- (A) “ele não contava nada à mulher, bons ou maus negócios” (8º parágrafo) → a figura de linguagem presente no trecho destacado é a antítese, expediente que consiste em estabelecer oposições entre temas.
- (B) “rasgou-o em trinta mil pedaços” (último parágrafo) → a figura de linguagem frisada no trecho é a hipérbole, caracterizada pelo exagero.
- (C) “Honório teve pena de não crer nos anjos” (parágrafo 15) → a figura de linguagem em destaque no trecho é a oximoro, a qual combina palavras ou ideias de sentidos opostos, mas que, no contexto, reforçam a expressão da mensagem.
- (D) “puxavam por ele, e convidavam-no a ir pagar a cocheira” (parágrafo 13) → a figura de linguagem em destaque neste trecho é a prosopopeia, que consiste em dar vida a coisa inanimada ou atribuir característica humana a objetos ou animais.

**07)** Sabendo que na língua portuguesa as palavras seguem regras de acentuação gráfica, variando de acordo com suas especificidades, avalie as asserções acerca desse tema e a relação proposta entre elas.

I. As palavras “idéia” (parágrafo 11), “Assembléia” (parágrafo 12) e “mil-réis” (4º parágrafo) não devem mais ser acentuadas

PORQUE

II. segundo o acordo ortográfico vigente, não são mais acentuados os ditongos abertos *eu* e *ei*.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) As duas asserções são falsas.
- (B) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (C) A primeira asserção é verdadeira, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (D) A primeira asserção é falsa, mas a segunda é verdadeira.

**08)** Muito se tem falado sobre a noção de texto e contexto e de como os sentidos se constroem por meio da linguagem. Acerca desses assuntos, classifique (V) para as sentenças Verdadeiras e (F) para as Falsas.

( ) No texto, as sentenças não estão simplesmente arrumadas umas após as outras, mas relacionadas entre si. Nele, a significação de uma frase depende da significação das outras com as quais mantém relação. Não levar em conta os encadeamentos de uma sentença com as outras que constituem o texto pode acarretar o risco de conferir a ela uma significação oposta àquela que ela de fato tem.

( ) Não existe texto que não apresente o seu tempo. Todo texto é gerado, em um determinado tempo e espaço, por um sujeito, que, por fazer parte de um grupo social num tempo e num espaço específicos, mostra em seus textos os pensamentos, as inquietações, as aspirações e as esperanças de seu grupo social e de seu tempo.

( ) Se, por um lado, uma leitura não pode levar em consideração aquilo que não se encontra no interior do texto, por outro, deve considerar a relação, estabelecida por marcas textuais, que um texto mantém com outros.

( ) Os textos têm a especificidade de se constituir a partir de outros textos. Em razão disso, todos eles são traspassados, preenchidos pelo discurso do outro. Esse aspecto, intrínseco aos textos, revela uma particularidade essencial da linguagem, que é conhecida como heterogeneidade constitutiva.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- (A) V – V – V – F
- (B) F – F – V – V
- (C) F – F – F – F
- (D) V – V – V – V

**09)** Uma particularidade de todas as línguas consiste no fato de que elas revelam variedades e não são iguais nem possuem a mesma forma. “As línguas têm formas variáveis porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam uma região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante.” (Platão e Fiorin. *Lições de texto: leitura e redação*, São Paulo: Editora Ática, 2001). Com relação às variedades linguísticas, associe os itens utilizando o código a seguir.

I - variantes diastráticas

II - variantes diafásicas

III - variantes diatópicas

( ) São as variações de uma região para outra. Podem ser identificadas em sotaques, pronúncias e no nível lexical, como por exemplo, *biscoito* ou *bolacha*.

( ) São as variações de um grupo social para outro. Exemplo desse tipo de variação são as gírias e os jargões.

( ) São as variações de uma situação de comunicação para outra. Ocorrem em diferentes situações, por exemplo, em contextos que possibilitam uma linguagem bem informal e em outros que demandam um nível mais formal de linguagem.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA.

(A) I – III – II

(B) II – III – I

(C) III – II – I

(D) III – I – II

**10)** Há um parônimo INCORRETAMENTE aplicado no contexto em que se insere em:

(A) Além do produto, é possível que o delinquente converta em outros bens o que **afერი** no ato do crime.

(B) Honório necessitava de uma **vultuosa** quantia de dinheiro para sanar suas dívidas.

(C) Ementa: Autoriza o Poder Executivo a **ratificar** sua participação no Consórcio Intermunicipal.

(D) O governo americano está **proscrevendo** todos os imigrantes ilegais.

## CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO (ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)

**11)** Sobre a vacância no cargo público, nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, marque a opção CORRETA.

(A) A vaga ocorrerá na data imediatamente posterior àquela do falecimento do ocupante do cargo.

(B) A vaga ocorrerá na data em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade.

(C) A vaga ocorrerá na data da publicação do ato que aposentar, exonerar, demitir ou conceder promoção.

(D) A vaga ocorrerá na data imediatamente posterior àquela da posse em outro cargo de acumulação proibida.

**12)** Sobre determinados prazos, estipulados no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, marque a opção CORRETA.

(A) O prazo para o servidor entrar em exercício será imediato após a assinatura do termo de posse.

(B) O prazo para a posse é de 15 (quinze) dias, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que haja justificativa aceita pela Administração.

(C) O servidor que reverter à atividade terá o prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de reversão para assumir o exercício do cargo.

(D) Em caso excepcional, por até, no máximo, 30 (trinta) dias, exceto para a licença maternidade, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro cargo de mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um dos cargos, cabendo ao servidor a opção.

**13)** Considerando o fato de que a Avaliação Especial de Desempenho se realizará por meio de uma Comissão de Avaliação de Desempenho, denominada CAD, marque a opção CORRETA concernente à composição dessa Comissão, nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ:

(A) A Comissão será composta por, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos e estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que será obrigatoriamente bacharel em direito. Não podendo participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do servidor avaliado.

(B) A Comissão será composta por 3 (três) servidores, dentre eles o seu presidente, que será obrigatoriamente bacharel em direito. Não podendo participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do servidor avaliado.

(C) A Comissão será composta por 3 (três) servidores, assegurada a participação de 1 (um) servidor efetivo de nível hierárquico superior ao do servidor avaliado. Não podendo participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do servidor avaliado.

(D) A Comissão será composta por, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos e estáveis, designados pela autoridade competente, assegurada a participação de 1 (um) servidor, efetivo e estável, de nível hierárquico superior ao do servidor avaliado. Não podendo participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do servidor avaliado.

**14)** Quando da apuração de irregularidade, por meio de Processo Administrativo Disciplinar, a autoridade instauradora do PAD poderá ordenar que o servidor investigado seja afastado do exercício do cargo, como medida cautelar, a fim de que esse servidor não venha influir na apuração da irregularidade.

Como está normatizado o prazo do mencionado afastamento no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ?

(A) Prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, podendo ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

(B) Prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, podendo ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, desde que concluído o processo.

(C) Prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, podendo ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

(D) Prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, podendo ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, desde que concluído o processo.

**15)** Analise os itens a seguir acerca dos vencimentos e remuneração, dispostos no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ:

I - O servidor poderá autorizar a consignação em folha de pagamento, em favor de terceiros, na forma definida em decreto, até o limite de 30% (trinta por cento) da remuneração ou proventos.

II - As reposições e indenizações ao erário poderão ser descontadas em parcelas mensais não excedentes a 10% (dez por cento) da remuneração ou dos proventos do servidor, em valores atualizados, informado o servidor sobre o procedimento.

III - O servidor perderá 1/3 (um terço) da remuneração durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou recolhimento a prisão por ordem judicial não decorrente de condenação definitiva, ressalvado o direito a diferença, se absolvido por decisão definitiva.

IV - Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou os proventos, salvo por sentença judicial com trânsito em julgado.

V - O servidor perderá 2/3 (dois terços) da remuneração durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, à pena que não determine a perda do cargo.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.

**16)** Nos termos do positivado na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, marque a opção INCORRETA sobre as hipóteses em que o vereador perderá o mandato:

(A) Perderá o mandato o Vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

(B) Perderá o mandato o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal.

(C) Perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada.

(D) Perderá o mandato o Vereador que perder ou tiver suspensos os direitos políticos, bem como aquele que residir fora do município.

**17)** A Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, ao tratar do tema "Responsabilidade do Prefeito", disciplinou hipóteses de perda de mandato do Prefeito. Ao disciplinar essas hipóteses, distinguiu a perda de mandato em: **cassação**; e perda de mandato por **extinção**.

Nessa linha, considere esses dois meios de perda de mandato (**cassação** e **extinção**) e as hipóteses de perda de mandato elencadas abaixo, enumerando as hipóteses de acordo com o meio CORRETO de perda de mandato, indicando o número **1 para Cassação** e **2 para Extinção**, nos termos da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ.

1 - Cassação

2 - Extinção

( ) O Prefeito perderá o mandato, nos termos do inciso II e parágrafos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, quando iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

( ) O Prefeito perderá o mandato, nos termos do inciso II e parágrafos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, quando realizar despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam aos créditos orçamentários ou adicionais.

( ) O Prefeito perderá o mandato, nos termos do inciso II e parágrafos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, quando não residir no Município.

( ) O Prefeito perderá o mandato, nos termos do inciso II e parágrafos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, quando atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

A sequência está CORRETA na opção:

(A) 1 – 1 – 1 – 1

(B) 1 – 2 – 1 – 2

(C) 2 – 2 – 1 – 1

(D) 2 – 1 – 2 – 1

**18)** Marque a opção CORRETA acerca da definição das “Comissões especiais de inquérito”, nos termos expressos do positivado na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ.

(A) As Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além da Câmara Municipal, mediante requerimento de dois terços dos seus membros, para apuração de fato determinado ou determinável e por prazo definido, sendo suas conclusões, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores ou arquivamento do apurado.

(B) As Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além da Câmara Municipal, mediante requerimento de dois terços dos seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo definido, podendo ser prorrogado sempre que necessário, sendo suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores ou arquivamento do apurado.

(C) As Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além da Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para apuração de fato determinável e por prazo definido, podendo ser prorrogado sempre que necessário, sendo suas conclusões sempre encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e/ou criminal dos infratores.

(D) As Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além da Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo definido, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**19)** Em consonância com as normas da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, aos Servidores Públicos Civis fica assegurado, além de outros estabelecidos por lei, os seguintes direitos, EXCETO:

(A) Irredutibilidade do salário, vantagem e gratificação.

(B) Proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

(C) Licença especial para os adotantes, nos termos fixados em lei.

(D) Redução de carga horária e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubridades ou perigosas, na forma de lei.

**20)** Estão positivadas na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ regras referentes às deliberações da Câmara Municipal. Dessa forma, considerando o referido diploma legal, marque a opção CORRETA.

(A) As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros. Nesse sentido, o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sendo anulada a votação, caso vote.

(B) As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, serão tomadas por maioria de votos, estando presente a maioria absoluta de seus membros. Nesse sentido, o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação poderá votar, desde que haja aprovação do plenário para tanto.

(C) As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros. Nesse sentido, o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de anulação do seu voto, se for decisivo.

(D) As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, serão tomadas por maioria de votos, estando presente a maioria absoluta de seus membros. Nesse sentido, o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de nulidade da votação, se seu voto for decisivo.

---

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

**21)** Marque a opção CORRETA sobre a Teoria da Captura das Agências Reguladoras.

(A) Consiste em a agência passar a servir de instrumento para proteção e benefício de interesses setoriais aos quais a regulação se destina. É a hipótese em que a agência se transforma em via de proteção e benefício para os setores empresariais regulados. De acordo com a referida teoria da captura, a ilegalidade se configura quando a agência perde sua condição de autoridade comprometida com a realização do interesse coletivo e passa a reproduzir atos destinados a legitimar a consecução de interesses privados dos segmentos regulados.

(B) Consiste no mandato, do diretor da agência, de 3 (três) anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar.

(C) Consiste no mandato, de Diretor-Geral e os Diretores, nomeados pelo Presidente da República, para cumprir mandatos, não coincidentes de 5 (cinco) anos, vedada a recondução.

(D) Consiste em a agência passar a servir de instrumento para proteção e benefício de interesses sociais e públicos aos quais a regulação se destina. É a hipótese em que a agência se transforma em via de proteção e benefício, configurando-se como autoridade comprometida com a realização do interesse coletivo, normatizando atos destinados a legitimar a consecução de interesses públicos, havendo a “captura” de atos contrários à supremacia do interesse público.

**22)** Sob a égide da Lei de Licitações, é possível a realização de contratos administrativos por prazo indeterminado?

(A) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

(B) A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

(C) Não. O prazo máximo da vigência de um contrato administrativo será de até 35 (trinta e cinco) anos nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

(D) Para realização de contratos administrativos por prazo indeterminado, será necessário: previsão em edital, autorização legislativa do poder legislativo do ente contratante, sendo observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**23)** Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, considerando as competências municipais, marque a opção CORRETA referente à Advocacia Pública.

(A) Apenas será permitido atribuir as funções típicas da Advocacia Municipal a agente político componente de estrutura diversa da Procuradoria Municipal, quando se tratar de cargo comissionado, dentro da mesma unidade federativa, e, ainda, deverá normatizar tal previsão ao instituir a Lei da Procuradoria-Geral do município.

(B) Apenas será permitido atribuir as funções típicas da Advocacia Municipal a agente político componente de estrutura diversa da Procuradoria Municipal, quando se tratar de cargo comissionado, dentro da mesma unidade federativa, por meio de Emenda à Lei Orgânica.

(C) É vedado que o exercício de atividades típicas de representação judicial seja delegado a entes estranhos à estrutura das procuradorias municipais.

(D) É vedado que o exercício de atividades típicas de representação judicial seja delegado a órgãos estranhos à estrutura das procuradorias municipais. Razão pela qual, caso o Município deseje descentralizar as atividades típicas de representação judicial, deverá ser criada Autarquia com essa finalidade específica.

**24)** Sobre as espécies de Venda a Contento e Venda Sujeita à Prova, marque a opção INCORRETA.

(A) São modalidades de contrato de compra e venda caracterizadas por uma condição resolutiva.

(B) São modalidades de contrato de compra e venda caracterizadas por uma condição suspensiva.

(C) É permitida a análise subjetiva na Venda a Contento.

(D) A venda sujeita a prova presume-se feita sob a condição suspensiva de que a coisa tenha as qualidades asseguradas pelo vendedor e seja idônea para o fim a que se destina.

**25)** O que é o Princípio da Unidade da Garantia da Execução?

(A) Efetuado o pagamento integral da dívida executada, com seus acréscimos legais, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da citação, dependentemente da juntada aos autos do respectivo mandado, poderá ser liberada a penhora, desde que não haja outra execução pendente.

(B) Efetuado o pagamento integral da dívida executada, com seus acréscimos legais, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da citação, independentemente da juntada aos autos do respectivo mandado, poderá ser liberada a penhora, desde que não haja outra execução pendente.

(C) Efetuado o pagamento integral da dívida executada, com seus acréscimos legais, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da citação, independentemente da juntada aos autos do respectivo mandado, poderá ser liberada a penhora, desde que não haja outra execução pendente, sempre a pedido da parte, a fim de não violar o princípio da inércia.

(D) Efetuado o pagamento integral da dívida executada, com seus acréscimos legais, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da citação, dependentemente da juntada aos autos do respectivo mandado, poderá ser liberada a penhora, desde que não haja outra execução pendente, excetuando-se as execuções já processadas.

**26)** Considerando a legitimidade para execução de Termo de Ajustamento de Conduta, marque a opção CORRETA.

(A) Termo de Ajustamento de Conduta celebrado tendo como objeto Direitos Difusos ou Coletivos em sentido estrito, poderá ser executado apenas pelos indivíduos vítimas do evento danoso.

(B) Termo de Ajustamento de Conduta celebrado tendo como objeto Direitos Difusos ou Coletivos em sentido estrito, poderá ser executado pelos órgãos legitimados para propositura de Ação Civil Pública e indivíduos vítimas do evento danoso.

(C) Termo de Ajustamento de Conduta celebrado tendo como objeto Direitos Individuais Homogêneos, poderá ser executado pelos órgãos legitimados para propositura de Ação Civil Pública e indivíduos vítimas do evento danoso.

(D) Termo de Ajustamento de Conduta celebrado tendo como objeto Direitos Individuais Homogêneos, poderá ser executado apenas pelos órgãos legitimados para propositura de Ação Civil Pública.

**27)** Acerca dos requisitos da Certidão de Dívida Ativa, marque a opção CORRETA.

(A) A Dívida Ativa da Fazenda Pública consiste apenas na dívida tributária, abrangendo atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

(B) Até o oferecimento de embargos à execução, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.

(C) A falta dos elementos da Certidão de Dívida Ativa, exigidos em lei, enseja a sua revogação.

(D) A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição de Dívida Ativa e será autenticada pela autoridade competente.

**28)** Nos termos do Código Tributário Nacional, sobre o prazo prescricional para Ação de Repetição de Indébito Tributário, é CORRETO afirmar:

- (A) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN, pois é condição necessária antes de ingressar no Judiciário.
- (B) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN e prazo da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.
- (C) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN.
- (D) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

**29)** Considerando o instituto denominado de “efeito *backlash*” como fruto do diálogo institucional entre Poderes Legislativo e Judiciário, marque a opção CORRETA.

- (A) A reversão judiciária de uma norma editada pelo Legislativo, declarando ou não a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, é conhecida como uma espécie de efeito *backlash* (*backlash effect*).
- (B) A reversão judiciária de uma norma editada pelo Legislativo, declarando a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, é conhecida como uma espécie de efeito *backlash* (*backlash effect*).
- (C) O efeito *backlash* é uma intensa e sustentada rejeição pública a uma decisão judicial, acompanhada de medidas agressivas para resistir a essa decisão e remover a sua força legal.
- (D) O efeito *backlash* é uma reação minoritária contra uma decisão majoritária, visto que, para tutela dos direitos, é comum que o Judiciário contrarie o interesse da minoria.

**30)** Considerando as disposições constitucionais sobre controle de constitucionalidade e declarações de inconstitucionalidade, marque a opção CORRETA sobre o entendimento da regra da *full bench*.

- (A) A observância da cláusula da reserva de plenário é necessária na hipótese de interpretação conforme a Constituição, aplicando-se às decisões de juízes singulares, das turmas recursais dos julgados especiais, e, ainda, ao caso de não recepção de normas anteriores à Constituição.
- (B) A regra da *full bench*, também conhecida como cláusula de reserva de plenário, é um requisito para que lei ou ato normativo do Poder Público seja declarado inconstitucional, qual seja o voto da maioria dos membros do tribunal.
- (C) A exigência, conhecida como cláusula de reserva de plenário, deve ser observada apenas no controle difuso.
- (D) A exigência, conhecida como cláusula da reserva de plenário, é necessária na hipótese de reconhecimento da constitucionalidade.

**31)** Sobre a Efetividade e Estabilidade, marque a opção CORRETA.

- (A) Efetividade é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação, apenas àquele nomeado em caráter efetivo, conferido ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público.
- (B) Estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo.
- (C) Efetividade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo.
- (D) Uma das modalidades admitidas à Estabilidade é o favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público, contratado 05 (cinco) anos antes da promulgação da Constituição, preenchidas as condições insertas no preceito transitório.

**32)** São Legitimados Universais para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, EXCETO:

- (A) Presidente da República
- (B) Mesa do Senado Federal
- (C) Governadores
- (D) Conselho Federal da OAB

**33)** Sobre a Apropriação Indébita Tributária, é CORRETO afirmar:

- (A) O crime de apropriação indébita tributária pode ocorrer tanto em operações próprias, como em razão de substituição tributária.
- (B) O crime de apropriação indébita tributária pode ocorrer em operações próprias, não em razão de substituição tributária.
- (C) O crime de apropriação indébita tributária pode ocorrer em razão de substituição tributária, configurando atipicidade em operações próprias.
- (D) Haverá atipicidade em relação ao crime de apropriação indébita tributária quando ocorrer em operações próprias ou em razão de substituição tributária.

**34)** Na seara da Execução Fiscal, é CORRETO afirmar:

- (A) É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.
- (B) O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção de protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida, prescindível a tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa.
- (C) A extinção de execução fiscal de baixo valor, pela ausência de interesse de agir, implica em renúncia de receita, com previsão sancionatória na Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) O trâmite de ações de execução fiscal impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção de tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, dependendo de decisão judicial para tanto.

**35)** Considerando as normas aplicáveis às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, marque a opção CORRETA.

(A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável e se enquadrar nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

(B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, dispensadas aquelas em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável e se enquadrar nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

(C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, dispensadas aquelas em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, exigindo-se processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

(D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

**36)** O Pregão, enquanto modalidade licitatória, pode ser CORRETAMENTE definido, nos termos expressos da Lei de Licitações, como:

(A) Modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços, cujo critério de julgamento deverá ser o de menor preço.

(B) Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços, compras e aquisição de bens cujo critério de julgamento deverá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

(C) Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços, compras e aquisição de bens cujo critério de julgamento poderá ser o de maior desconto.

(D) Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

**37)** O Instrumento que formaliza parceria proposta pela Administração Pública, envolvendo transferência de recursos financeiros, é CORRETAMENTE definido como:

(A) Termo de Colaboração

(B) Termo de Fomento

(C) Acordo de Cooperação

(D) Termo de Cooperação

**38)** Considerando as disposições normativas da Lei de Improbidade, na hipótese de ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, auferido, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade, a suspensão dos direitos políticos será até:

(A) 14 (catorze) anos

(B) 12 (doze) anos

(C) 10 (dez) anos

(D) 08 (oito) anos

**39)** Sob a temática das Contribuições Assistenciais, é CORRETO afirmar:

(A) É inconstitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

(B) É inconstitucional a instituição, por convenção coletiva, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

(C) É constitucional a instituição, por acordo coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, desde que sindicalizados, e assegurado o direito de oposição.

(D) É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

**40)** Considerando os legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, marque a opção CORRETA.

(A) O Município poderá propor, ao fim de processo em que seja parte, a edição ou revisão de enunciado de súmula vinculante.

(B) O Município poderá propor, ao curso de processo em que seja parte, a edição ou revisão de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

(C) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.

(D) O Município poderá propor, incidentalmente, independentemente de ser parte, bastando o interesse no objeto da ação, a edição ou revisão de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

**41)** Acerca de eventual equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços, marque a opção CORRETA.

(A) A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) é devida quando presentes os requisitos do instituto da equiparação salarial, nos termos da CLT.

(B) A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.

(C) A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) é, em regra, indevida, ressalvada a hipótese de previsão contratual entre a empresa tomadora de serviço e terceirizada.

(D) A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) é devida quando presentes os requisitos do instituto da equiparação salarial, nos termos da CLT, prescindíveis: trabalho prestado ao mesmo empregador e no mesmo estabelecimento empresarial.

---

**42)** É possível que os Tribunais de Contas apreciem a Constitucionalidade de Lei e/ou ato do Poder Público?

(A) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade dos atos do Poder Público, não das leis.

(B) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade dos atos do Poder Público e das leis, pois tal prerrogativa não foi recepcionada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(C) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode declarar a inconstitucionalidade das leis e/ou atos do Poder Público.

(D) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

---

**43)** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte são obrigadas a apresentar o balanço patrimonial para participar de licitações?

(A) Na habilitação em licitações para serviços e bens de entrega parcelada, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

(B) Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

(C) O balanço patrimonial de ME/EPP será exigido quando o objeto for fornecimento de bens para locação de materiais.

(D) O balanço patrimonial de ME/EPP não será exigido quando o objeto for contratação de obras.

**44)** Sobre a Tredestinação de bens desapropriados pelo Poder Público, é CORRETO afirmar:

(A) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar uma das seguintes medidas, nesta ordem de preferência: 1º - destinar a área não utilizada para outra finalidade pública; 2º - alienar o bem a qualquer interessado, na forma prevista em lei, assegurado o direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada.

(B) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar a seguinte medida: destinar a área não utilizada para outra finalidade pública, sob pena de retrocessão.

(C) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá, obrigatoriamente, alienar o bem à pessoa física ou jurídica desapropriada.

(D) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá, obrigatoriamente, destinar a área não utilizada para outra finalidade pública, sob pena de caracterizar tredestinação ilícita.

---

**45)** Considerando as Teorias do Produto Bruto Mitigado e Produto Bruto, na execução dos contratos administrativos, com Subcontratação não autorizada, em contrato verbal, marque a opção CORRETA.

(A) Na hipótese de contrato verbal sem licitação, o poder público tem a obrigação de indenizar a prestação de serviços, ainda que eles tenham sido subcontratados e realizados por terceiros, desde que haja provas da subcontratação e de que os serviços terceirizados tenham revertido em benefício da administração pública.

(B) Na hipótese de contrato verbal sem licitação, o poder público não possui a obrigação de indenizar a prestação de serviços que tenham sido subcontratados e realizados por terceiros, independente de provas da subcontratação e de que os serviços terceirizados tenham revertido em benefício da administração pública.

(C) Mesmo na hipótese de contrato verbal sem licitação, o poder público tem a obrigação de pagar a integralidade da obrigação assumida pela prestação de serviços, ainda que eles tenham sido subcontratados e realizados por terceiros, independente da aferição de lucro pelo contratado.

(D) Quando ausente a boa-fé do contratado e ainda tenha ele concorrido para a nulidade, é indevida a indenização pelo custo básico do serviço.

**46)** O Julgamento de controvérsia envolvendo direitos de servidor contratado para exercer cargo em comissão, regido pela CLT, competirá:

- (A) à Justiça do Trabalho
- (B) à Justiça Comum
- (C) aos Tribunais de Contas
- (D) à Justiça “Multiportas”

**47)** No âmbito do Processo Coletivo, marque a opção CORRETA sobre a Legitimidade Bifronte.

- (A) Legitimidade Bifronte é caracterizada quando o réu possui interesse jurídico na procedência do pedido do autor, porém não pode realizar migração de polo passivo para ativo, por expressa vedação legal.
- (B) O Instituto da Legitimidade Bifronte é limitado às Ações Populares.
- (C) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- (D) A Legitimidade Bifronte é a autorização legislativa para a migração de polo ativo para o passivo, até o momento da contestação.

**48)** Sob o prisma da proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, marque a opção CORRETA.

- (A) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente é de caráter e execução solidários, ao passo que a responsabilidade pelos danos ao patrimônio cultural é de caráter e execução subsidiária. Ambas as responsabilidades decorrem de sua omissão no dever de fiscalização.
- (B) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter e de execução solidários.
- (C) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter e de execução subsidiários.
- (D) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

**49)** Analise os itens abaixo:

I - À luz do art. 227 da CF, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88, não se estende ao pai genitor monoparental.

II – Acerca do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

III - O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

IV - O exequente responde subjetivamente pela reparação de eventuais prejuízos causados ao executado.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

**50)** No que se refere às normatizações trabalhistas relacionadas à Fazenda Pública, marque a opção INCORRETA.

(A) Somente o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional nomeado até a EC 19/88 é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

(B) O retorno do servidor público (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada se insere nas vedações do art. 468 da CLT, mesmo que sua jornada seja definida por lei e/ou no contrato de trabalho firmado.

(C) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

(D) À sociedade de economia mista não se aplica a vedação à equiparação prevista no art. 37, XIII, da CF/1988, pois, ao admitir empregados sob o regime da CLT, equipara-se a empregador privado, conforme disposto no art. 173, § 1º, II, da CF/1988.

### INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

- A Folha de Textos Definitivos da Prova discursiva será o único documento válido para a avaliação desta. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- Na Prova discursiva deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas para a resposta à questão proposta. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Folha de Textos Definitivos não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- A Folha de Textos Definitivos conterá um cartão numerado e destacável, onde deverá ser feita a assinatura do candidato, de modo a não o identificar. Este cartão numerado será destacado pelo aplicador da prova e depositado em envelope próprio, fornecido pelo Instituto Referência.

### PROVA DISCURSIVA

**01)** Marcus, servidor público, enfrentou um processo administrativo disciplinar (PAD) em razão de suspeitas de infração disciplinar. Durante a instrução do processo, a comissão processante solicitou ao setor de informática do órgão público cópias do conteúdo das correspondências eletrônicas enviadas e recebidas por Marcus através de seu e-mail funcional, fundamentada no regimento interno do órgão e no termo de uso do e-mail funcional que autorizam o monitoramento dessas comunicações pela Administração Pública. A análise dos e-mails confirmou a prática da infração disciplinar por Marcus. Este, por sua vez, impetrou mandado de segurança alegando a ilicitude da prova obtida, sob o argumento de que a quebra do sigilo das comunicações telemáticas requer autorização judicial, a qual não foi obtida no caso em questão.

Você, no papel de Procurador(a) do Município, foi incumbido(a) de elaborar a defesa para o município no caso acima.

402 – PROCURADOR MUNICIPAL

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	



## **CADERNO DE PROVA**

### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES**

**1 - Você recebeu do fiscal o material descrito abaixo:**

**a)** Cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova;

- Ao receber o Cartão de Respostas, é obrigação do candidato **conferi-lo e assiná-lo**.
- O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado, manchado ou ser feito uso de lápis, borracha ou corretivo e, em nenhuma hipótese, será substituído e terá que ser obrigatoriamente assinado, pelo candidato no local determinado, sob pena de não ser válido para leitura e atribuição de nota.

**b)** Caderno de prova contendo **50 questões**, cada um apresentando 4 (quatro) opções A, B, C e D sem repetição ou falha que impeça a resolução da questão, tendo no título o nome do cargo ao qual você concorre.

- Confira no material recebido: a sequência da numeração das questões, a paginação (inclusive página em branco) e se o cargo escolhido está correto. Se houver alguma irregularidade, comunique ao fiscal imediatamente. Caso o fiscal não seja avisado, a responsabilidade é do candidato.

**2 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas.**

**3 - A maneira correta de marcar o Cartão de Respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa), fabricada de material transparente, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.**

**4 - Formas diferentes de marcação farão com que o Cartão de Respostas seja rejeitado pelo processo de correção eletrônica.**

**5 - Não serão registradas as questões em que houver: falta de nitidez na marcação e marcação de mais de uma opção.**

### **ATENÇÃO: Cartão de Respostas sem assinatura não tem validade.**

**6 - O candidato só poderá sair levando o Caderno de prova quando faltar 1 (uma) hora para o término da prova. O candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão voluntariamente do direito de posse de seu Caderno de prova.**

**7 - O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de prova, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu Cartão de Convocação da Prova (CCP). Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.**

**8 - Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.**

**9 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas** assinado, em seguida **assine** a lista de presença.**

## **INFORMAÇÕES**

- **Tel.:** (22) 3056-7910 das 09h às 12h / 14h às 17h
- **Internet:** [www.institutoreferencia.org.br](http://www.institutoreferencia.org.br)
- **E-mail:** [contato@institutoreferencia.org.br](mailto:contato@institutoreferencia.org.br)

